



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA CONTA GERAL DO ESTADO
DE 2012**

Parlamento Nacional, Díli
7 de Janeiro de 2014



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências, Senhores Vices-Presidentes

Suas Excelências, Senhores Deputados

Excelências, Colegas Membros do Governo

Senhoras e Senhores

Esta é a quarta vez que venho a esta Casa Magna para cumprir o requisito constitucional sobre a Conta Geral do Estado, como seguimento à fiscalização efectuada pelo Tribunal de Recurso e pela Comissão de Finanças Públicas do Parlamento nacional.

E hoje, Distintos Deputados, venho depor sobre a Conta Geral do Estado de 2012.

Faço-o com o mesmo sentido de responsabilidade, como foi pela primeira vez, sobre o ano económico de 2009, quando iniciámos este processo importantíssimo no nosso esforço conjunto de construção do Estado. Faço-o com o mesmo espírito de debate franco e transparente, que tem sido, desde 2002, o objectivo fundamental deste Parlamento, contribuindo assim para garantir vitalidade política na vida da nossa Nação, agora a caminho dos seus 12 anos de idade.

Enquanto em muitas partes do mundo, países com mais anos de existência ainda não conseguem emergir das amarras de regimes opressivos ou do desconsolo da violência e do conflito permanente, para apreciar o valor democrático das eleições, 2012 marcou mais uma jornada política de carácter fundamental no nosso processo de Estado de direito.

E eu acredito sinceramente que todos trazem ainda frescas na memória um 2012 como mais um ano da festa de democracia, numa celebração majestosa dos 10 anos da restauração da independência.

Em 29 de Fevereiro, começou a campanha eleitoral da 1ª. ronda presidencial, as eleições a 17 de Março, com os resultados validados pelo Tribunal de Recurso a 26 daquele mês. Em 30 de Março, reiniciou-se a campanha eleitoral da 2ª. volta, as eleições a 16 de Abril, e os resultados validados pelo Tribunal de Recurso a 23 do mesmo mês.

Estes eventos eleitorais é que permitiram termos o terceiro Presidente da República democraticamente eleito, para um mandato de 5 anos.

Todos se lembram ainda das grandes cerimónias de 20 de Maio, em Dili, com a presença de altas individualidades internacionais, tais como Chefes de Estado e Chefes de Governo e ainda representações a nível ministerial, como demonstração inequívoca de um processo democrático seguro e pacífico.

Também, porque toca directamente aos Senhores Deputados, para as eleições legislativas, políticos e partidos envolveram-se em disputa eleitoral democrática, tendo as campanhas iniciado em 5 de Junho e terminado a 4 de Julho. As eleições tiveram lugar a 7 de Julho, com os resultados validados pelo Tribunal de Recurso a 16 de Julho.

A 30 de Julho, deu-se início à 1ª. Sessão da III Legislatura deste Parlamento Nacional, para o período 2012-2017.

A nova composição no Parlamento Nacional permitiu a formação do V Governo Constitucional, o qual, tendo tomado posse em 8 de Agosto de 2012, teve que, no prazo definido por lei, vir apresentar aqui o seu Programa de 5 anos, a 12 de Setembro seguinte.

Para poder responder às necessidades da nova composição do Governo e da nova configuração orgânica, em 11 de Outubro, teve lugar, aqui também, o debate do Orçamento rectificativo para os últimos 5 meses do ano 2012.

Todos também têm registado na memória as celebrações de 28 de Novembro, em Manufahi, que deram um outro fulgor à nossa história de lutas independentistas, tendo assim incutido um outro tom mais participativo em festejos de dias nacionais, por parte das nossas populações nos distritos.

2012 foi também importantíssimo porque foi, no final desse ano, que as missões de estabilização da UNMIT e ISF terminaram, confirmando assim o clima de estabilidade e a maturidade política dos timorenses, que souberam criar uma nova confiança no futuro desta nação, perante a comunidade internacional.

2012 foi, por isso mesmo, um ano cheio de eventos significantes e significativos, para o processo de consolidação da nossa jovem Nação.

Eu acredito, foi nesta perspectiva que todo o Povo viu o 2012 e eu acredito ainda que é, também sob esta perspectiva, que todos quantos estamos aqui nesta Casa Magna saberemos olhar para o ano 2012.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores

Neste exercício, de prestação da Conta Geral do Estado, que está a tornar-se cada ano uma obrigação constitucional, todos partimos da premissa de que o Tribunal, o Parlamento e o Governo estão absolutamente empenhados em melhorar os nossos sistemas e instituições financeiras e é, através da prática destes 'checks and balances', que podemos crescer como uma Nação forte, saudável e cheia de determinação para servir unicamente o nosso povo.

Precisamente nos primeiros sinais da grande recessão financeira em 2008/2009, começámos também este exercício que teve, sem vacilação, o seu prosseguimento quando, no resto do mundo, continuamos a assistir à actual difícil conjuntura económica, afectando profundamente os países desenvolvidos, nomeadamente na Europa.

Contudo, eu acredito que o Tribunal de Recurso e o Parlamento Nacional estão conscientes da complexidade do ano de 2012, pela qual, eu tenho a certeza, as duas instituições soberanas souberam situar-se para proceder à fiscalização da Conta Geral do Estado, referente ao ano de 2012.

E é, neste sentido, senhores Deputados, que não podemos deixar de constatar que temos alcançado grandes progressos, sobretudo se reflectirmos acerca de tudo o que está a passar no mundo. Timor-Leste, em pouco tempo, tornou-se num Estado viável, com instituições

cada vez mais sólidas, com uma sociedade participativa e tolerante e com níveis de crescimento bastante consideráveis.

Todos concordamos que há ainda muito que fazer, que há ainda que corrigir o que precisa de ser corrigido e melhorar o que precisa de ser melhorado.

Em Timor-Leste estamos empenhados no grande objectivo, que todos comungamos, de construção de uma Nação mais forte e mais próspera para todos os timorenses. A conjuntura política inovativa e dinâmica que construímos, permite que haja um diálogo estruturado e com respeito pelas normas democráticas vigentes, salvaguardando ainda que os interesses nacionais estejam sempre acima dos interesses individuais e de grupos, com o único propósito de, a longo prazo, assegurar o bem-estar do nosso Povo.

Senhoras e Senhores

Como eu me referi atrás, todos estão lembrados de que vim, aqui nesta Magna Casa, apresentar o Programa de 5 anos do V Governo Constitucional.

A filosofia defendida foi de *'dar continuidade aos progressos alcançados e conduzir a administração pública para a prestação de melhores serviços, assumindo também a prestação de responsabilidades perante o Estado'*.

Contudo, para todo o 2012, para além de se prosseguir com os trabalhos executados no mandato da AMP, até se dar início às eleições legislativas, os últimos meses foram despendidos em reestruturações orgânicas nos diversos ministérios. Aqui, devo fazer lembrar que, durante o período eleitoral até à formação do novo Executivo, o Governo da AMP era apenas 'governo de gestão' ou comumente chamado de 'care taker'.

Um ponto importantíssimo a salientar, foi de que continuámos a investir no nosso sector petrolífero, sendo ele o motor fundamental de crescimento económico. Agora e no futuro, todos estamos determinados em garantir que a riqueza dos nossos recursos naturais venha a construir a nossa nação e que essa riqueza possa reverter a favor do nosso Povo.

E também a nível de gestão dos nossos recursos naturais, não posso deixar de lembrar que o Relatório do Índice de Gestão de Recursos, do Instituto 'Revenue Watch', referiu que Timor-Leste 'adoptou sistemas transparentes e responsáveis para a gestão da sua riqueza petrolífera'. Timor-Leste ficou classificado na 13ª. posição entre os 58 países estudados, ficando acima de alguns dos nossos vizinhos mais desenvolvidos que nós, a nível de salvaguarda e controlo de qualidade.

Foi por essas razões que estabelecemos o Ministério do Petróleo e Recursos Naturais, para responder da melhor forma aos desafios da capacitação interna e para a definição clara de políticas fortes, a fim de assegurar não só que o gás natural é processado em Timor-Leste mas também que as acções das companhias petrolíferas internacionais beneficiem a nossa nação e o nosso povo.

Estes benefícios devem ser traduzidos no pagamento dos impostos devidos como também por via da criação de emprego e qualificações aos timorenses.

Todos sabem dos 49 processos que Conoco Philips apresentou no Tribunal de Dili contra o Governo. Isto foi resultado do árduo trabalho do Ministério das Finanças, no tempo do

Governo anterior. Não satisfeita com os casos em curso no Tribunal, Conoco Philips busca outra via para criar confusão a si mesma, resolvendo levar também os processos para a Arbitragem em Singapura.

De lamentar profundamente que o Ministério Público, no início do litígio, procurou reclamar para si a competência exclusiva na defesa dos interesses do Estado, de forma muito contraproducente, na medida em que não soube reconhecer que não detinha a mínima capacidade de entender contratos internacionais e sobretudo relativos ao 'business' do petróleo.

De lamentar ainda que, muito recentemente, em 6 de Dezembro de 2013, o Tribunal de Dili fez sair uma irresponsável decisão contra o Governo da RDTL, em favor da Companhia Minzas. O Tribunal não teve a mínima consciência de que estava completamente errado nas suas análises, o que faz questionar sobre a integridade dos juízes ou, no mínimo, a capacidade intelectual e política dos actores da justiça.

Quando afirmei acima 'responsabilidade perante o Estado', isto não significa apenas um dever por parte do Governo, mas de todas as instituições do Estado, cujos servidores são pagos para defender os interesses da Nação e os interesses do povo, com honesto sentido de Estado e não para actuações que se traduzem em possíveis paranóias.

Devo fazer lembrar, também aqui, que como produto de um trabalho moroso e difícil, desde o tempo da AMP, este Governo tomou a decisão de escrever ao Governo da Austrália, em Dezembro de 2012, para notificar que se percebeu que houve irregularidades inaceitáveis, propondo a mesa de conversações para resolver o problema. Dada a recusa por Canberra de aceitar ter havido práticas que molestem a ética dos processos negociais, o Governo da RDTL não teve outra alternativa senão a de encaminhar o caso ao Tribunal de Arbitragem, em Haia.

Estes dois processos são processos de difícil decisão, e eu apresento aqui para a consideração de todos, a fim de que, dentro da complexidade do Ano de 2012, não olhemos apenas para os resultados em termos de *'previsão das receitas contra a execução das despesas'*, numa análise puramente mecânica e teórica do acto de fiscalização da Conta Geral do Estado.

Excelências

Senhoras e Senhores

Mesmo assim, devo assinalar alguns dados de relevância, para não se pensar que, em 2012, as eleições não deram lugar a outras actividades governamentais.

Agricultura

Ao longo dos últimos anos, foram implementadas várias iniciativas agrícolas, através de mais e melhores infra-estruturas, sistemas de irrigação, sementes, fertilizantes e equipamentos e maquinaria para o aumento da produtividade.

Assim, aumentámos a produção agrícola de algumas colheitas. Os níveis de produção de arroz e do milho, em 2012, foram muito superiores aos de 2011, tendo a produção total das colheitas alimentares essenciais aumentado de pouco mais de 100.000 toneladas, em 2011, para quase 200.000 toneladas em 2012.

Este feito é confirmado pelos números relativos à importação do arroz. Em 2011, foram importadas cerca de 100.000 toneladas ao passo que, em 2012, já foram menos de 40.000 toneladas.

Esta redução teve, claro está, impacto na redução das ditas 'receitas' de venda de arroz, referidas pelo Tribunal de Recurso como indícios de falta de previsões acertadas, não tendo também em conta que o arroz importado é utilizado em parte para a 'merenda escolar' e ainda para assistir os afectados por desastres naturais.

Electricidade

Até ao ano de 2012, foram instaladas linhas de média tensão que cobriu uma extensão de 1.318,75 kms e de baixa tensão 1.040,67 kms. O total de casas beneficiadas foi de 43.678.

Só de Setembro a final de 2012, foram 52,16 km de linhas de média tensão e 51 kms de linhas de baixa tensão, com 2.186 casas beneficiadas.

Índice do Desenvolvimento Humano

Neste sector, regista-se que, no relatório do PNUD, Timor-Leste subiu 5 posições, desde 2007, o que demonstra que, entre os países da Ásia Oriental e do Pacífico, o nosso país teve o maior crescimento médio anual no índice, entre o ano 2000 e o ano 2012.

Relatórios dizem que, em 1980, a esperança de vida do cidadão timorense, aquando do nascimento, era de 35 anos. Em 2000, aumentou para 56, sendo que em 2012 subiu para 63 anos.

Entre 2000 e 2012, a classificação no Índice de Desenvolvimento Humano subiu 38%, passando de 0,418 para 0,576, estando na 134^a. posição entre 187 países e territórios, o que coloca Timor-Leste na categoria de desenvolvimento humano médio. O PNB, 'per capita', no nosso país aumentou 356%, entre 2000 e 2012.

Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

Só em 2012, foram concedidas Bolsas de Estudo a 366 timorenses, sendo 102 em Brasil, 13 em Cuba, 10 em Filipinas, 3 na Indonésia, 1 na Malásia, 3 em Moçambique, 131 em Portugal e 106 na Tailândia. Os níveis de ensino variam de Diploma III, Licenciatura, Mestrado a Doutoramento, em diversos ramos de ciência.

O número dos beneficiários, a continuar os seus estudos desde os anos anteriores, eleva-se a 1.564.

Contudo, concordo perfeitamente com a recomendação de se ver uma política mais adequada, para a utilização deste Fundo. O próprio Presidente da República recomendou uma maior atenção, a médio prazo, para acelerar a capacitação do sector da Justiça.

Saúde

Em Outubro de 2012, Timor-Leste tinha 13 médicos especialistas, 139 médicos de medicina geral, 1.271 enfermeiros e enfermeiros assistentes, 427 parteiras e 416 técnicos de saúde, sem esquecer os 400 recentemente graduados pela UNTL.

Solidariedade Social

Continuou-se a proceder ao pagamento das Pensões para Combatentes da Libertação Nacional, assim como se prosseguiu o processo de verificação e validação dos registos. O Ministério deu também continuidade ao pagamento de pensões aos Idoso, assim como outros apoios a Organizações que prestam assistência aos aleijados e órfãos.

É interessante notar que o Tribunal de Recurso, de Timor-Leste, expressa preocupação em termos de a quantia para as Transferências, em Benefícios Sociais, ser superior ao valor dos salários do pessoal e ultrapassar as Receitas Domésticas. Em outros países, Tribunais Constitucionais proclamam inconstitucionalidade quanto às medidas de redução de pensões aos reformados e aos idosos, mesmo sabendo que os seus países não produzem receitas domésticas o suficiente para pagar os funcionários, estes já com cortes nos seus salários.

Os Benefícios Sociais, em Timor-Leste, contemplam Veteranos e Cidadãos Vulneráveis e foram objecto de aprovação do Parlamento Nacional e não faz nenhum sentido comparar estas transferências com Receitas Domésticas. A observação do Tribunal de Recurso demonstra simplesmente a falta de conhecimento dessa legislação.

Mais interessante ainda é o facto de o Tribunal de Recurso confundir aquelas 'Transferências' com alegados 'Benefícios Pessoais' aos funcionários, como se o montante do dinheiro das Transferências se destinasse a algum Bónus aos funcionários. O Tribunal de Recurso levanta a questão de a quantia, desse tal alegado Bónus, ser maior que o montante dos salários que os funcionários auferem.

Isto também só revela a falta de conhecimento do processo de orçamentação e das políticas sociais do Estado, inaceitável quando se espera que do Tribunal saia um juízo credível sobre as Contas Gerais do Estado.

Excelências

Senhoras e Senhores

Quando se fala de Conta Geral do Estado, referente a 2012, há que aludir-se ao Orçamento Rectificativo. O Orçamento rectificativo não aumentou as Despesas Gerais do Estado em 2012. Os 50 milhões de dólares de despesas adicionais líquidas no Fundo Consolidado de Timor-Leste foram financiados na totalidade por poupanças no Fundo das Infra-estruturas.

Como é do conhecimento geral, o Fundo das Infra-estruturas gere projectos de grande dimensão que, por esta mesma razão, são plurianuais. Tem havido constante esforço no

sentido de que o Fundo das Infra-estruturas seja praticado em conformidade com as melhores práticas internacionais.

A criação deste Fundo, assim como do Fundo para o Desenvolvimento do Capital Humano, foi uma necessidade imperiosa para imprimir não só flexibilidade de gestão dos projectos, como uma gradual capacidade de previsão mais realística da capacidade de execução, em termos anuais.

Uma outra finalidade da criação destes 2 Fundos foi para permitir ao público em geral, e às instituições do Estado, analisar as suas operações e avaliar o seu desempenho permanentemente.

O Orçamento Geral do Estado é, assim, composto por três Fundos que, ao fim e ao cabo, projectam os valores anuais das despesas a serem feitas. A ideia de Conta Única, transmitida pela Câmara de Contas, por obrigação jurídica, provinda da LOGF e LOCC, é apenas um aspecto legal de um princípio, que em países desenvolvidos donde copiámos, se provou não ser uma '*conditio sine qua non*' para a sustentabilidade fiscal das despesas públicas.

Continuo a defender esta modalidade de separação de 3 Fundos, no Orçamento Geral do Estado, para garantir a própria gestão cautelosa desses Fundos, que, com o tempo, tenho a absoluta certeza virá a melhorar enormemente em termos de eficácia e transparência de actos.

A transferência do FI para FCTL de 50 milhões de dólares não comprometeu o Projecto Tasi Mane, o qual, pela complexidade dos seus projectos, teve que consumir o tempo necessário para os estudos da concepção, aprovisionamento e como é óbvio a sua construção (recentemente, o processo de fiscalização prévia por parte da Câmara de Contas está a demonstrar que os grandes projectos levam sempre o seu tempo).

Interessante também que o Tribunal de Recurso tenha classificado as poupanças nos Fundos como receitas, o que realmente atrapalha as contas, sobretudo quando se deve aprender dos relatórios sobre fiscalização da Conta Geral do Estado.

Ainda sobre receitas, o Tribunal de Recurso afirmou que não houve previsão de 'receitas sobre Salários e Vencimentos e Prestação de Serviços dos *Empregados do Governo*', mas que foram cobradas taxas no valor de \$749.000 dólares americanos. Devo aclarar que a previsão dessas receitas está inserida na rubrica 'Outros impostos' e quero continuar a chamar a atenção para a compreensão correcta de que uma 'previsão' não é senão uma 'projectão de estimativas'.

Com esta observação do Tribunal de Recurso, pode-se pensar que não é 'legal' obter-se mais dinheiro em receitas, sempre que não houve previsão para tal.

Ligando as ditas 'receitas' (do Fundo do Petróleo) com as 'despesas' (do Fundo de Infra-estruturas), o Tribunal questiona o levantamento a 100%, de 1.494 milhões de USD e uma execução inferior cifrada em 1.197 milhões de USD, com um remanescente de 297 milhões, afirmando assim que o levantamento foi superior ao necessário, o que segundo o Tribunal de Recurso devia ser evitado.

Em primeiro lugar, devo esclarecer que, em termos gerais, os levantamentos do Fundo do Petróleo são feitos segundo os requisitos de pagamento e nunca, logo após a aprovação de um OGE, se faz um levantamento único. Os levantamentos têm em conta não só a previsão de despesas públicas, nos dois primeiros trimestres, e as maiores necessidades do último

semestre, como também uma reserva permanente de 300 milhões no Banco Central para atender casos absolutamente extraordinários.

O FI é um fundo plurianual e, por razão disso, obedece a uma gestão mais flexível porque depende da execução dos projectos e como aconteceu, em 2012, teve que se decidir levantar o dinheiro a 100%. Nunca se poderia levantar exactamente 1.197 milhões de USD porque materialmente ninguém será capaz de medir até ao fim de ano o grau de andamento de uma obra.

Eu acredito que é aqui que reside a diferença entre 'fiscalização da aplicação de uma lei' e 'fiscalização ou controle da qualidade da execução de uma obra'.

Só análises mecanicistas e legalistas assim é que podem impor, como o Tribunal de Recurso recomenda, *'que (se) apresente toda a justificação para todas as diferenças materiais entre o orçamento inicial, o final e execução da receita e da despesa'*. Isto não será jamais um exercício orçamental, mas uma operação aritmética, contada a conta-gotas. O que eu posso aventar é que exercícios assim podem produzir, ao fim de cinco anos de governação, prémios Nobel para cálculos rígidos. Com leis assim, alguns países na Europa recebem prémio de bancarrota, por parte do FMI.

O Tribunal de Recurso regista que o desequilíbrio de despesas por trimestres, com um maior volume no último trimestre, pode pôr em causa o adequado controlo orçamental. Nada é mais errado que esta forma de pensar de que pode haver uma execução orçamental à tabela, com um nível de gráfico proporcional e que só esse nível pode permitir um adequado controlo orçamental.

Os salários e os bens e serviços de despesas correntes da administração normalmente têm uma execução mensal. (Um bom exemplo é o de 2 Juízes assinarem, desde o início do mês de Dezembro a sua presença mensal, no Centro da Formação Jurídica, e já receberam o dinheiro sem contudo trabalhar; o flagrante é que, mesmo entre Natal e Fim-do-ano, na ficha que assinaram eles estavam a ensinar).

O capital menor, por regras de aprovisionamento, normalmente não se executa nos dois primeiros trimestre e quanto maior for a quantidade a ser adquirida, maior tempo necessitará para o 'delivery'.

As despesas, que seriam os pagamentos, do item Capital de Desenvolvimento devem ser compreendidas no âmbito de execução dos projectos físicos e, aqui, realça-se o que o próprio Tribunal de Recurso faz menção, no tocante ao Relatório do auditor independente: *'... a Agência Nacional de Desenvolvimento melhorou os procedimentos de controlo e reforçou a sua capacidade a nível de monitorização de projectos'*.

O controlo orçamental provém do cumprimento das normas de execução e, por outro lado, da quantidade exacta e, sobretudo, da qualidade que validem o montante de despesas a efectuar.

E eu devo reconhecer a minha ignorância e pergunto-me se é que existe realmente um Governo neste mundo globalizado, que já usa apenas tecnologias sofisticadas, que apresente previsões acertadíssimas sobre receitas e executa a 100% as suas despesas anuais. A haver, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano irá programar 'estudos comparativos', a que as instituições do nosso Estado tanto gostam de recorrer... para irem aprender e aplicá-lo na nossa realidade.

Permitam-me, Senhores Deputados, que aborde agora a questão da inflação.

A Comissão C expressou a necessidade de abordar a reforma da legislação tributária, para acelerar o aumento das Receitas Domésticas. E também manifestou a preocupação de que o grande montante de dinheiro no investimento público para as infra-estruturas tem contribuído para o aumento da inflação no país. Por isso, recomenda que sejam reduzidas as Despesas Públicas em infra-estrutura para se reduzir a inflação.

Confesso que não sou economista, mas permitam-me emitir o meu desacordo.

Se a todo e qualquer artigo a ser vendido, impormos taxas, os vendedores imediatamente aumentarão o preço dos artigos, porque a lei geral do comércio pressupõe a compra e a venda com rendimentos, que sustentarão o negócio. Isto indica que as taxas vão incidir no cidadão comum. Mas se o regime se aplicar apenas a alguns artigos, que a população nem compra, eu não sei até que ponto se alcançará esse aumento de receitas.

No estágio de desenvolvimento da nossa sociedade, enquadrado na fase de construção da Nação, o que se exige é um melhor controlo de preços por parte do Governo – isso, sim, eu concordo em absoluto e, como Chefe do Governo, respondo perante o Parlamento sobre a ineficácia dos organismos governamentais. A própria Chanceler Merkel, desde 2009, impôs um controlo de preços a produtos essenciais.

A redução dos gastos públicos em infra-estruturas só demonstrará a ausência de uma percepção exacta da necessidade imperiosa de infra-estruturas básicas, para alavancar o processo de desenvolvimento em todos os sectores.

Na recente Reunião Ministerial do ESCAP, em Bangkok, as economias emergentes da Ásia e Pacífico tentaram formular assim os desafios do seu crescimento económico:

- os países necessitam do Investimento Directo Estrangeiro (o conhecido 'FDI'), para impulsionar a economia;

- mas se aumentam os impostos, para aumentar as receitas domésticas, ninguém de fora querará investir no país;

- muitos deles necessitam de grandes obras de infra-estruturas, porque se não investirem nas infra-estruturas, não conseguirão reduzir as desigualdades regionais e sociais no próprio país.

No tocante a nós próprios, é preciso ter-se em conta também outros factores, incluindo os compromissos internacionais de Timor-Leste e a intenção do país em aderir à ASEAN. A entrada nesta organização significará que haverá limites sobre determinados itens de tarifas e, no que podemos acompanhar, outros países estão fortemente envolvidos em acordos tarifários.

O que Timor-Leste precisa para aumentar as receitas é promover o investimento, para a criação de emprego. Mas, para isso e com base no Plano Estratégico de Desenvolvimento, necessita de um planeamento integrado para uma melhor projecção de oportunidades para o investimento nacional e estrangeiro.

Distintos Deputados

As recomendações elaboradas pelo Tribunal de Recurso e pela Comissão C trazem novamente para este debate questões construtivas sobre matérias administrativas, fiscais e de contas.

Por altura da discussão da Conta Geral do Estado de 2011, já na III Legislatura, disse aqui que o Governo reconhece a existência de fragilidades apontadas, tanto pelo Tribunal de Recurso como pela Comissão C, e que estava a trabalhar no sentido de melhorar o seu desempenho.

Desde 2007, que estabelecemos uma agenda política de reformas nas instituições. Parece-me inquestionável a existência de novos sistemas e mecanismos, que têm vindo a ser criados e que, pouco a pouco, vão dando resposta a muitas das recomendações apresentadas nos relatórios da Conta Geral do Estado.

Já na sequência destas reformas, Timor-Leste subiu, em 2012, 30 posições na classificação mundial da transparência internacional, medida pelo Índice de Percepção de Corrupção, o que é uma melhoria significativa e que reconhece os esforços das instituições estatais.

No entanto, saibamos reconhecer que as reformas e os novos sistemas criados levam tempo a estar totalmente assimilados e a serem operacionais, sobretudo porque o desafio maior prende-se com a capacitação e formação dos técnicos timorenses e o seu empenhamento e profissionalismo e este processo exige de todos sacrifício e honestidade.

Foi, neste sentido, que às necessidades de desenvolvimento e às suas respectivas políticas, juntámos mecanismos de melhor controlo para se alcançar não só o melhor grau de gestão dos dinheiros públicos, como também uma melhor implementação dos programas.

Não é demais relembrar aqui algumas das reformas feitas, no intuito de melhorar a gestão das finanças públicas e garantir a boa governação e transparência dos actos:

- a criação da Câmara de Contas;
- o lançamento do Modelo de Transparência em Timor-Leste, incluindo o Portal de Transparência Orçamental, o Portal do Aprovisionamento Electrónico, o Portal da Ajuda Internacional e o Portal dos Resultados do Governo;
- o estabelecimento da Comissão Nacional do Aprovisionamento, para apreciação dos Grandes Projectos, com o apoio de uma firma internacional de aprovisionamento, garantindo a qualidade e um elevado nível de transparência, profissionalismo e integridade, no concurso público aberto aos principais projectos de infra-estruturas;
- a operacionalização da Agência Nacional de Desenvolvimento, que detém a competência de fiscalização última dos projectos físicos, a fim de evitar pagamentos indevidos se se verificar atraso dos trabalhos ou má qualidade das obras;
- a operacionalização de um sistema financeiro 'FreeBalance' para gerir, controlar e acompanhar o orçamento, as finanças governamentais e as compras e os pagamentos do Estado;

- a melhoria das funções do Tesouro, tendo assim já conseguido a Plena Reconciliação de Contas e o estabelecimento de um Sistema de Tesouro de Conta Única no Governo, permitindo uma maior vigilância sobre as operações de todas as contas bancárias por parte do Tesouro;

- o estabelecimento de um sistema de reporte trimestral ao Parlamento Nacional, com as principais actividades desenvolvidas por cada linha ministerial, de acordo com a execução orçamental.

Distintos Deputados

Eu posso afirmar, com confiança, que continuamos a melhorar e consolidar as políticas de gestão financeira e a melhorar as componentes de planeamento, orçamentação, aplicação de procedimentos, implementação, pagamentos e, não menos importante, a forma de evitar o recurso excessivo e abusivo às transferências internas ou 'virements', às emergências, à contingência e às dívidas.

Temos vindo a acentuar a necessidade de todos se engajarem na utilização do sistema informático, o que não tem ainda dado resultados positivos, por falta de empenho profissional dos técnicos.

Senhor Presidente

Senhores Vices-Presidentes

Distintos Deputados

Antes de terminar, não posso deixar de agradecer as recomendações que constam no Relatório do Tribunal de Recurso e no da Comissão C, que reclamam as devidas correcções dos processos orçamentais e de prestação de contas, consolidando uma cultura de responsabilidade e de boa gestão dos recursos públicos.

Estou aqui, em representação de todo o Governo, pronto para esclarecimentos adicionais.

Obrigado pela atenção dispensada.

Kay Rala Xanana Gusmão

7 de Janeiro de 2014